

Ascensão fascista do regime autocrático burguês e a “nova” direita radical.

Alexandre Aguiar dos Santos.

Cita:

Alexandre Aguiar dos Santos (2019). *Ascensão fascista do regime autocrático burguês e a “nova” direita radical. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/392>

Ascensão fascista do regime autocrático burguês e a “nova” direita radical.

Alexandre Aguiar dos Santos

Resumo

O objetivo dessa comunicação é realizar uma análise sobre as formas que o regime de classes nos países da América Latina tem se reconfigurado nos últimos anos, em especial sobre as novas formas da autocracia burguesa e as suas tendências protofascistas.

Partimos de uma necessária categorização do estado autocrático burguês, estrutura herdada do processo colonial, em que a subordinação aos interesses imperialistas apresenta uma nova inflexão, com características abertamente fascistizantes. O processo de Golpe – parlamentar, midiático, judicial – no Brasil, apresenta elementos que explicitam os mecanismos de infiltração desta nova direita radical na institucionalidade, reconfigurando o regime de classes, em particular a autocracia burguesa, constituindo um processo híbrido entre uma constitucionalidade formalmente respeitada e a postulação da necessidade de destruição da oposição política e das vias democráticas e institucionais do protesto “dos de baixo”.

Existe uma ofensiva imperialista com elementos fascistas no contexto Latino Americano? A proposta do presente trabalho é explicitar a ação imperialista no contexto da ascensão dos elementos fascistas na América Latina. Para isso, buscamos por meio de revisão bibliográfica e análise da conjuntura contemporânea explicitar alguns elementos comuns do Fascismo na Europa com a América Latina no século XX e suas características atuais expressas pela nova direita radical

Palavras chave

Imperialismo; Protofascismo; Autocracia burguesa; Direita radical; Democracia.

Fundamentação do problema

Estamos diante de uma ascensão fascista no plano internacional com desdobramentos na América Latina e em especial no Brasil?

O desenvolvimento do modo de produção capitalista atual é marcado pela crise estrutural do capital. Não se trata mais de crises meramente cíclicas ou de determinados setores do capital, ao contrário, tais crises passa a ter sua ocorrência dentro de um



processo de crise estrutural. De acordo com Mészáros (2002) a crise estrutural se manifesta em quatro aspectos principais:

1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção (...); 2) seu escopo é verdadeiramente global (no sentido literal o mais ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); 3) sua escala de tempo é extensa, contínua -- se preferir: permanente -- em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital. 4) seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante -- em contraste com as erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado -- desde que acrescentássemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a maquinaria complexa agora ativamente empenhada na 'administração da crise' e no 'deslocamento' mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (Mészáros, 2002, 796).

O entendimento do processo da Crise Estrutural do Capital possibilita compreender como o desenvolvimento capitalista de nossa época adquire um caráter cada vez mais agressivo e destrutivo, com a retomada de potencialidades fascistas no âmbito das formas de organização políticas dos interesses do capital.

As nações imperialistas diante das contradições decorrentes da crise estrutural vão moldando as superestruturas jurídicas e políticas para forjar estratégias de reprodução do sistema sociometabólico do capital – contratendências a queda tendencial da taxa de lucro – que culminam no curto prazo em ações que tornam mais grave a crise estrutural. Neste contexto se inscrevem as políticas de destruição do “*welfare state*”, de financeirização, adotadas a partir do final dos anos 70 do século passado.

O desenvolvimento combinado e desigual do capitalismo na época da crise estrutural reforça o desenvolvimento de tendências nos países imperialistas que implicam no declínio do padrão de vida das classes trabalhadoras dos países centrais e a necessária autocratização interna das estruturas políticas e jurídicas dos estados imperiais. Nas últimas décadas são explicitados vários mecanismos de repressão e controle estatais que se manifestam de forma antagônica aos direitos e liberdades democráticas conquistados nos últimos 70 anos.

Na periferia dos países imperialistas a ofensiva decorrente da crise estrutural se dá pela intensificação da dependência e pela adoção de mecanismos de intensificação da



acumulação por espoliação – transferência do patrimônio público (estatais, recursos naturais, instituições públicas de saúde e educação, fundo público para o capital financeiro internacional – forjando uma “política econômica e social” explicitamente antinacional e antipopular (Figueiras, 2019).

As contradições decorrentes de tal desenvolvimento, em especial a deterioração das condições de vida das classes trabalhadoras abre o caminho para o protesto social com o fortalecimento do protagonismo dos “de baixo” na luta política e social. É neste contexto que o fascismo se manifesta como um possível desdobramento da fase imperialista do capitalismo, se constituindo como produto da contrarrevolução promovida pela grande burguesia. Esta contrarrevolução se manifesta, por um lado, como defensora da crescente concentração e centralização de capital – envolta numa retórica de liberal e meritocrática – e, por outro lado, como um movimento sócio político antipopular, antidemocrático, antisocialista e chauvinista. No plano ideológico o fascismo busca articular as formas mais variadas do pensamento reacionário e conservador.

A fase imperialista do capitalismo conhece formas de fascismo que com algumas diferenciações não se limitam às experiências do período da segunda guerra mundial na Itália e na Alemanha. A concentração do poder estatal pelo capital monopolista para impor de forma manipulatória os interesses da classe dominante, apresentando seu “pensamento único” como expressão de um “universalismo” adequado para toda a sociedade. Assim é possível identificarmos o caráter fascista, com diferentes graduações, em regimes como o Apartheid da África do Sul, franquismo na Espanha, as ditaduras militares na América latina. O que é fundamental acrescentar é que, nestes países dependentes, o Estado Autocrático Burguês é marcado pela hegemonia do Bloco de Poder Dominante exercido pelo Imperialismo, pelo capital financeiro estrangeiro.

Nas últimas décadas é possível identificarmos que tendências fascistas passam a se explicitar com maior intensidade nos países imperialistas, por meio das políticas de “guerra ao terror”, “guerra as drogas”, concentração e centralização da grande mídia corporativa privada e com o fortalecimento das estruturas de manipulação da informação em escala mundial. Trata-se na época em que a “guerra de espectro total”, as guerras híbridas, ganham fôlego para a intensificação da ofensiva imperialista em escala mundial.

O imperialismo estadunidense apresenta características atuais, em que a grande mídia corporativa, o complexo industrial militar e o capital financeiro forjam meios de manipular a democracia e a ordem social em que não existem opções ao domínio das grandes



corporações de monopólios. Tal política de tendências fascistas no centro do imperialismo estadunidense tem graves desdobramentos para os países dependentes cuja a hegemonia no bloco de poder dominante é exercido pelos interesses estadunidenses. É neste contexto que as tendências fascistas passam a se explicitar na América Latina, tradicionalmente tratada pelos interesses imperialistas como o seu “pátio dos fundos” (*backyard*).

Um novo padrão de domínio exterior na América Latina?

Florestan Fernandes (2009), nos anos 70 do século passado, indica sinteticamente como as estruturas ou padrões de dominação exterior na América latina, decorrem do desenvolvimento combinado e desigual entre as nações “centrais” e a “periferia”. A dominação exterior articula as esferas econômicas, políticas, jurídicas, entre outras, como mecanismos de garantia dos interesses dos países centrais. A dominação exterior, nas suas distintas modalidades, se constitui num elemento estruturante das esferas da sociabilidade nas nações latino-americanas. Uma primeira fase de dominação externa na América Latina é a dominação colonial, com papel de destaque para Espanha e Portugal, que configuraram a formação de uma ordem econômica e social voltada para a realização dos interesses da metrópole e dos seguimentos sociais vinculados a estes interesses. O dinamismo econômico, político e social das nações colonizadas era controlado externamente por meio de uma estratificação social em que apenas os agentes econômicos da metrópole, e os estratos sociais a ela diretamente vinculados possuíam algum reconhecimento jurídico, político e social. Os produtores diretos, força de trabalho escrava, semi-livre ou livre eram controlados dentro de uma ordem social extremamente violenta.

Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços). Assim, uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem "europeia". A estratificação resultante, porém, possuía grande flexibilidade, favorecendo a absorção e o controle de massas de nativos, africanos e mestiços, classificados em categorias de castas ou mantidos fora das estruturas estamentais, como estratos dependentes. Sob tais condições societárias, o tipo legal e político de dominação colonial adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das Coroas e dos colonizadores. (Fernandes, 2009, p.23).



O declínio do padrão de dominação colonial será sucedido pela dominação neocolonial. Os processos das revoluções burguesas na Europa, o declínio dos impérios de Portugal e Espanha, as contradições entre os estratos nativos da dominação colonial e a metrópole culminam nos processos de independência política, que em diferentes graus é também estimulado e controlado a partir das novas potências econômicas no cenário europeu. Com os processos de independência, a dominação externa passa a ter um caráter essencialmente econômico (Fernandes, 2009, p 25).

O desenvolvimento neocolonial será breve, de apenas algumas décadas, será substituído pela fase de desenvolvimento imperialista (dos monopólios e do capital financeiro). A dominação imperialista será dividida em duas fases que correspondem aos períodos do final do século XIX até o fim da segunda guerra mundial e a partir da segunda guerra mundial em que o imperialismo passa a ter uma hegemonia estadunidense (Fernandes, 2009, p. 29)

As características da fase imperialista sobre a hegemonia estadunidense, indicadas pelo autor, ultrapassam o caráter essencialmente econômico, assumem um espectro de ação que se inserem nas instituições estatais e da sociedade civil, desenvolvendo mecanismos de controle e dominação de largo alcance nos órgãos estatais, em especial nas forças armadas, na segurança pública, no poder judiciário, legislativo e executivo, além de uma penetração decisiva no âmbito dos meios de comunicação de massa. É dentro deste contexto que se construiu a aliança para o progresso e, na sequência, os golpes civis-militares (dentro deste escopo a operação condor). Ele esclarece seu ponto de vista com a seguinte síntese:

O que torna a hegemonia dos Estados Unidos entre as nações latino-americanas uma força incontrolável e perigosa é a presente concepção norte-americana de segurança, fronteira econômica e ação conjunta contra mudanças radicais ou revolucionárias nos países vizinhos. Essa concepção implica, na prática, a incorporação desses países ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos, por meios organizados institucionalmente. A maioria dos cientistas sociais está preocupada com a deterioração dos termos de troca ou com os padrões ultra- expropriativos inerentes às modernas tendências de dominação econômica externa. Todavia, os aspectos econômicos são apenas uma face de uma amarga realidade. Diversas instituições estão executando diferentes funções ligadas à incorporação dos países latino-americanos ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos. A empresa corporativa é a mais visível dessas instituições; mas as menos visíveis são talvez ainda mais prejudiciais. Elas



abrangem instituições oficiais, semi-oficiais ou privadas, encarregadas de conduzir a política de controle global das finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa, do emprego extranacional das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos. (Fernandes, 2009, p. 32)

Esta síntese indica com clareza que a dominação externa – que se fundamenta na primazia dos interesses econômicos do capital financeiro externo na condução da economia nacional dos países dependentes – penetra nas instituições da sociedade civil e do estado nos países da América Latina, como mecanismo de preservação da hegemonia econômica de forma ampliada, envolvendo importantes estruturas da sociabilidade.

Uma das questões inerentes aos distintos padrões de dominação externa na América Latina é o uso da violência (institucional ou privada), para conter os anseios das classes trabalhadoras. Tal característica se constitui num importante aspecto para caracterizar a ascensão dos regimes civis-militares das décadas de 60, 70 e 80, como modalidades de fascismo.

O fascismo na América Latina tem sido, até o presente, uma versão complexa dessa espécie de fascismo. Como tal, ele pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que doutrinação de massa e movimentos de massa. Ele é substancialmente contra-revolucionário e emprega a guerra civil (potencial ou real; e "a quente" ou "a frio") em dois níveis diferentes (e por vezes concomitantes): 1) contra a democratização como um processo social de mudança estrutural (por exemplo, quando ela ameaça a superconcentração da riqueza, do prestígio e do poder); ou seja, ele se ergue, de modo consciente, contra a "revolução dentro da ordem"; 2.) contra todos os movimentos socialistas, qualificados como revolucionários – portanto, ele também procura barrar a "revolução contra a ordem existente" (a qual foi, aliás, a função histórica do fascismo na Alemanha e na Itália) (Fernandes, 1981, p. 17).

Assim o autor explicita como o padrão de dominação externa pode articular estruturas fascistas como mecanismo de preservação do *status quo*. Contudo, é importante destacar que tais análises ocorreram no último quartel do século XX, mas, atualmente, o padrão de dominação externa tem indicado novos elementos que precisam ser incorporados na análise para indicarmos a correção ou não da hipótese de que estamos presenciando um novo período de ascensão fascista na América Latina



A crise do sistema das dívidas externas nos anos 80, a queda do socialismo, o Consenso de Washington e à balcanização da Iugoslávia nos anos 90 são momentos que indicam uma nova fase do padrão de domínio externo imperialista, sob a hegemonia estadunidense. Contudo, no limiar do século XXI é que podemos indicar novos contornos para o padrão de dominação exterior, inserindo nas táticas de dominação a combinação de distintos fatores sobre a consigna da guerra híbrida.

A guerra híbrida se constitui numa modalidade de conflito entre as nações imperialistas e governos não alinhados com as posições hegemônicas das nações imperialistas, e tem como finalidade a mudança de regimes, facilitando o predomínio dos interesses externos. Do ponto de vista militar surgem as propostas de “dominação de espectro total e guerras não convencionais”, que são sinteticamente caracterizadas como:

[...] é mais apropriado dizer que os objetivos da guerra não convencional relacionados à dominação de espectro total consistem em conquistar o máximo de domínio físico possível dentro dos cinco anéis originais do Estado-Alvo (forças armadas, população, infraestrutura, bases do sistema, liderança), sem lançar mão de intervenção direta por parte de um Estado externo ou da transformação em uma guerra convencional (Korybko, 2018, p 40).

A guerra híbrida como estratégia de dominação externa busca a conquista de agentes institucionais e não institucionais para a realização dos interesses imperialistas. Neste sentido ela se desenvolve também na busca de formas de cooptação ideológica de diferentes setores sociais (os anéis originais do estado-alvo), para a execução das distintas fases “operativas”. Elas foram explicitadas em diferentes cenários nas últimas duas décadas, apresentando um grau considerável de ações e técnicas de desestabilização de governos que vai até a ação militar direta, seja por meio de mercenários ou por uso de tropas imperiais (no caso da Líbia e da Síria). Contudo, é possível verificarmos que a estratégia da guerra híbrida é aplicável a Estados-alvo que estão dentro do escopo de relações de dominação imperial, ou seja, que não se posicionam com políticas claramente anti-imperialistas. Este é particularmente o caso dos governos petistas no Brasil, nos mandatos de 2002 a 2016 em que houve uma continuidade no plano econômico das políticas do Consenso de Washington. Na diplomacia, a tradicional independência diplomática brasileira foi fortalecida e direcionada para o reforço das relações Sul-Sul. Podemos indicar que tais políticas implicavam num limitado grau de desenvolvimento autônomo nas relações internacionais que abriam espaços, em que o padrão de dominação exterior sob a hegemonia estadunidense era pouco efetivo, mas não havia sequer nuances de uma



diplomacia claramente anti- imperialista. Porém, no caso brasileiro, é possível identificar claramente a caracterização de um Estado-alvo, que passa a ser submetido a uma guerra híbrida.

O início de tal processo pode não ser aqui claramente identificável, mas passa necessariamente pela ocupação de espaço no âmbito do poder judiciário – nas últimas décadas foram várias “missões” realizadas entre o departamento de estado dos EUA e órgãos do poder judiciário brasileiro (Juízes, Ministério Público, Polícia Federal, etc...) – que culminaram na “operação lava jato”. Antes da “operação lava jato”, houve o processo do “mensalão”, que já continha claros elementos de uma operação de desestabilização (a existência ou não de práticas ilegais é facilmente superada pela atuação da mídia corporativa em configurar os elementos uma opinião pública necessários a operação). No caso do “mensalão” se tratava de uma denúncia de compra de votos da base parlamentar nos primeiros mandatos do governo do PT, os resultados desta operação, com a condenação de importantes lideranças petistas mas sem atingir Lula diretamente, se materializaram pela adoção no Supremo Tribunal Federal de uma fórmula jurídica denominada “teoria do domínio do fato”, que sinteticamente visa atribuir a autoria de determinado crime em face do contexto, sem a apreciação de provas materiais que vinculem a ação do denunciado a prática do delito. O “mensalão” possui elementos que podem indicar a existência de uma ação desestabilizadora de largo espectro, que visava o desgaste público dos governos petistas e ao mesmo tempo um processo de configuração jurídica e política para as operações futuras, criando as bases para a fase seguinte: a operação lava jato.

Outro momento que se explicita pela ação desestabilizadora ocorre durante as jornadas de luta em junho de 2013. A luta legítima da juventude por transporte público e de qualidade, se soma ao descontentamento popular decorrente dos reflexos da crise econômica de 2008. Aquele movimento de massa que na grande mídia corporativa era tratado como uma revolta estudantil, que deveria ser contida, tem um momento de virada na orientação dos grandes meios de comunicação – de críticos aos protestos sociais passam a ser incentivadores e a buscar orientar a pauta para o enfrentamento da corrupção como meio de criar uma base social de contestação dos governos petistas – incentivando as manifestações de rua e com a inserção de setores que passam a ir para a rua com uma pauta que tem como pano de fundo o “combate a corrupção” e o combate aos “partidos na rua”. Surgem movimentos nacionais de juventude vinculados a pauta de desestabilização dos governos petistas, como o Vem para a Rua e O



Movimento Brasil Livre. Articulados por redes sociais, com formas de financiamento pulverizado por meio de contribuições sem identificação – na lógica de um modelo de organização “espontânea” para uma guerra híbrida.

Ao colocar em movimento a estratégia de desestabilização dos governos petistas, a hegemonia estadunidense tem diante de si duas tendências possíveis de desdobramentos políticos: 1) a derrota eleitoral do petismo e a recomposição política a partir de um possível governo de direita capitaneado pelo PSDB; 2) uma vitória eleitoral do petismo e a abertura de uma segunda fase no processo de desestabilização com o horizonte de um golpe contra o petismo e a ascensão de uma nova direita radical, articulada com um programa de rápida retirada dos direitos sociais, e uma possível ruptura com a legalidade constitucional instituída a partir de 1988, e dos seus respectivos arranjos políticos.

A vitória eleitoral do petismo em 2014 levou a execução de um plano de ação que tem como ponto de partida o não reconhecimento dos resultados da eleição pela chapa perdedora (PSDB), e uma sucessão de ações que levaram ao impeachment de 2016, se a existência de crime de responsabilidade, ou seja, um golpe de Estado “brando”, articulado entre uma maioria parlamentar conservadora, grande mídia privada corporativa monopolizada e pelo poder judiciário.

Após o Impeachment a agenda política foi dinamizada por uma política regressiva dos direitos sociais e ao mesmo tempo pelo acirramento da perseguição e interdição política do retorno do petismo ao governo federal. Neste sentido, a operação lava jato foi determinante para a constituição de um processo judicial voltado para os fins políticos do golpe. Toda esta operação foi coordenada de forma articulada com o departamento de estado estadunidense - fornecendo apoio material e “elementos de prova” - e a grande mídia privada monopolista. De um lado foi constituído o polo dos defensores da nação, da moral e do combate a corrupção, do outro os criminosos, inimigos da nação. É dentro deste contexto que a prisão de Lula cumpre um papel político essencial para a direita radical.

O desdobramento desta operação gera graus crescentes de polarização e pavimenta a possibilidade de ascensão de uma força política que no discurso se apresenta como a ruptura com os arranjos políticos da nova república (período que tem início com a fim da ditadura militar em 1985) e, ao mesmo tempo, se apresenta como expressão de uma posição política explicitamente conservadora; no plano econômico com uma agenda de defesa intransigente do capital monopolista, financeiro e rentista, contra os direitos das



classes trabalhadoras – afirmando que tais direitos são impeditivos do emprego o do desenvolvimento competitivo –; no âmbito do estado impõem uma agenda de redução dos serviços públicos essenciais com o compromisso de transferir para a iniciativa privada tudo aquilo que for economicamente viável para esta – processo de cortes orçamentários nas áreas sociais, privatização de empresas estratégicas, rodovias serviços públicos, etc. Ao lado de uma pauta econômica voltada para o interesse exclusivo do capital financeiro e o reforçamento da hegemonia estadunidense, o governo da nova direita radical assume uma pauta política que é expressa internacionalmente pela defesa da supremacia branca, do xenofobismo, do combate aos direitos sexuais, da defesa de um modelo de família religiosa, contra o reconhecimento dos avanços científicos que contestem “tradições” conservadoras, configurando-se numa pauta moralizante conservadora que busca se fortalecer em nichos religiosos fundamentalistas.

Associado a esta pauta internacional da direita radical no Brasil é adotado uma política clara de intolerância social – que passa pela possibilidade de armamento individual privado como política de segurança, as agressões físicas, homicídios e a violência estimulada contra populações marginalizadas, LGBTs, povos indígenas e quilombolas. Existe uma clara formulação ideológica que a solução dos atuais problemas sociais do país passam por um processo que necessita ser violento, não apenas contra a criminalidade, mas também contra as pessoas e grupos que não correspondem aos padrões conservadores da nova direita radical. As tendências postas em movimento na sociedade brasileira indicam de um lado o programa de destruição das estruturas sociais de prestação de serviços a população, levando ao declínio acelerado da condição de vida de milhões de cidadãos, seja pela desemprego, ou pela precariedade dos serviços públicos. Por outro lado, a forma de tratar as questões sociais está claramente posta com o uso da violência – em diferentes momentos já foram apresentados projetos para criar o chamado “excludente de ilicitude” nas operações policiais e das forças armadas, ou seja, a permissão para atuar fora dos limites da lei. A conversão dos órgãos de segurança pública em grupos de extermínio e perseguição e atuação policial sem limites legais é um claro indício de que as tendências postas em movimento na sociedade brasileira são da ascensão de uma ordem social fascista, como nova forma do domínio exterior hegemonizado pelos EUA.

Metodologia

A presente pesquisa ainda está em andamento, a revisão bibliográfica se constitui em



elemento fundamental para a sua efetivação, bem como o cotejamento com material jornalístico e documental.

Resultados e discussão

Nos últimos meses de 2019 a conjuntura latino-americana tem evidenciado o fortalecimento das tendências fascistas, em especial no golpe de estado na Bolívia, na violência da repressão aos protestos sociais no Chile e na Colômbia e em outros países. Esta conjuntura precisa ser cotejada com a atuação dos agentes diretos e indiretos da dominação exterior hegemônica pelos Estados Unidos.

A nova direita radical no Brasil está pavimentando a ascensão fascista, as reações institucionais e sociais tem demonstrado grandes limites em conter esse processo. De acordo com estudo de Soares (2019), a atuação ilegal dos agentes de segurança pública no estado do Rio de Janeiro levaram a formação das chamadas “milícias” - organizações formadas por ex policiais que passa a controlar territórios e atuar como organizações criminosas especializadas em extorsão, tráfico, homicídios, etc... A legalização do excludente de ilicitude é um passo para a conversão em grande escala dos órgãos de segurança pública em estruturas que passam a atuar fora dos limites legais. A milicialização da segurança pública pode ser uma tendência que se afirma na conjuntura.

Reflexões finais

A possibilidade de constituição de um Regime de Classes abertamente fascista no Brasil como reflexo de um novo padrão de dominação externa hegemônica pelos Estados Unidos, indica os limites do processo de dominação em que o uso sistemático da força como meio de controle é a explicitação da fraqueza estrutural do sistema. A intensificação da violência social como meio de tratamento das questões sociais se inserem num processo social complexo e contraditório na medida em que as alternativas sociais de transformação dentro da ordem são limitadas, as alternativas de mudança social contra a ordem podem exercer um importante papel frente a rebeldia e o protesto social, questionando não apenas o regime fascista mas as estruturas de dominação social externas dos países imperialistas.

Referências Bibliográficas

Fernandes, F. (1981). Notas sobre o Fascismo, in Poder e contrapoder na América Latina Local: Rio de Janeiro Editor: Zahar Ed. 12-34.



Fernandes, F. (2009). *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular.

Figueiras, L. (2019). O “Future-se” no capitalismo dependente brasileiro. *Le Monde Diplomatic Brasil*. Acervo Online. Recuperado de: <https://diplomatie.org.br/o-future-se-no-capitalismo-dependente-brasileiro/>

Korybko, A. (2018). *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular.

Mészáros, I. (2002). *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo.

Soares, L. E. (2019). *Desmilitarizar: Segurança pública e direitos humanos*. São Paulo: Boitempo.